

Freire esboça plano emergencial

por Cláudia Iziuke
do Rio

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), reunido em convenção nacional na última sexta-feira, no Rio de Janeiro, aprovou plataforma de governo e homologou as candidaturas do deputado Roberto Freire e Sérgio Arouca a presidente e vice-presidente da República. O encontro ampliou-se num ato político, com a presença de representantes de partidos e de diversos segmentos da sociedade, quando Freire pediu o alinhamento das forças políticas em torno de dez pontos de um plano econômico de emergência.

“A crise econômica vem-se agravando com acentuada rapidez, especialmente após o fracasso do Plano Verão. Aumentam os desequilíbrios na área de preços e salários. Há perspectivas de sérios problemas na área cambial, o processo inflacionário retoma o patamar de dois dígitos, a dívida externa começa a dar sinais de ingovernabilidade e o governo está com a credibilidade bem menor do que quando iniciou a execução do plano”.

Para ele, o “elemento central de perturbação da gestão econômica no País”, é o pagamento da dívida externa “sem controle da sociedade”, que estaria provocando megaimissões, transferidas para os bancos credores.

No seu programa de governo, o PCB propõe o delineamento de uma nova política de rendas, considera a dívida externa impagável, propõe nova política

para o déficit público, elevação real de salário e novo tratamento para os lucros. Essas perspectivas orientam as sugestões de Freire, de uma estratégia econômica de emergência.

- Reforço imediato das reservas cambiais, com a suspensão das transferências líquidas de recursos para o exterior, até 15 de março do próximo ano, suspensão do pagamento de qualquer parcela do principal e limitação do pagamento dos serviços, até que as reservas cambiais atinjam um valor em torno de US\$ 12 bilhões.

- Redução da dívida pública, através da eliminação dos débitos e créditos cruzados entre empresas, autarquias e sistemas que compõem o setor público. Saneamento das estatais,

inclusive com a transferência de seus passivos em dólar para a União. Criação de uma holding do setor empresarial público, capaz de administrar uma política de recuperação e investimentos.

- Alongamento do perfil da dívida pública interna, através da troca dos papéis de curto prazo em papéis de longo prazo. Congelamento e monetização dos saldos existentes.

- Modificação da política de taxas de juro para a redução no custo financeiro do setor produtivo.

- Centralização do câmbio e manutenção da política de minidesvalorizações cambiais, tendo como base a evolução dos preços dos produtos industriais e não a taxa de inflação.

- Concessão de abono sa-

larial de 15% para quem ganha até 10 salários mínimos e 10% na faixa entre 10 e 20 salários para todos os servidores, fixando um indexador para a correção mensal.

- Criação de uma instância formal de negociação entre trabalhadores, empregadores e governo, no Congresso Nacional, para entendimentos nas áreas de preço, margem de lucro, salários, câmbios e tarifas públicas.

- Revisão, pelo Congresso, de todos os subsídios e incentivos fixos, especialmente os de exportação e indústria automobilística.

- Campanha nacional contra a sonegação.

- Proteção da cesta básica dos trabalhadores, com controle de preços e participação dos sindicatos.